

Provisões

Encaixar FAX - Agência de Notícias - Angola ✓
(conversa Washington)

contatar / Encaixar FAX

Sociedade Brasileira de Medicina Legal
Dr. Anelino

Revista Sinais - FAX: (011) 884 3986 ✓

Encaixar 1 resma (500) Revista Sinais ✓

- Forum (Sueli) ✓

ADUSP ✓

~~ADUSP~~

- Sanguinetti ✓

MASINI ✓

Belizano

STU

- Cristina
Paulo

N

- Reitor
Corissio }

- Corissio de familiares ... ^{apetito} all. 606 2367
all. 284 2862

- Folha 45 pag. 1 ✓

- Guerra Legal - all. ~~284 2862~~ / 1299 -

- Vereador (?) 239 4286

- João Evangelina

- IFCL - Ricardo Antunes

Corissio de familiares / DF

político como aquilo que nós poderíamos chamar de poder econômico - essa relação muito íntima, eu diria, porque há interesses comuns entre os donos dos jornais e a essência para mim é essa - entre os donos dos jornais e esses poderes, vamos chamá-los assim. Não só por conta especificamente do anúncio publicitário, embora obviamente também por ele - porque o governo é, por exemplo, um grande anunciante e empresários são grandes anunciantes. Não só por isso, mas também porque os grandes jornais, as grandes redes de televisão, têm interesses comuns com aquilo que poderíamos chamar de classes dominantes brasileiras. Eles não têm compromissos com as classes que nós poderíamos chamar de classes dominadas no Brasil. Obviamente que isso é uma maneira simplificada de dizer. Alguns poderiam me objetar e dizer: afinal muita coisa sai nos jornais. Afinal, alguma coisa sai na televisão. E eu diria: É verdade. Porque não podemos como desconhecer certas coisas. Mas de um modo geral há um tom que é dado - se observarmos esta conjuntura que nós vivemos - há uma absoluta complacência da imprensa com o governo Fernando Henrique. Quer dizer: no governo Fernando Henrique ocorreu um escândalo do tamanho do escândalo dos bancos, que supera qualquer escândalo recente da História do Brasil - e inclusive os escândalos Collor, porque supera os números - e parece que não aconteceu quase nada. Isso não pega no presidente,

Agência de Notícias ANDES

Centro Empresarial Norte - SRTVN Lote "C" Bloco "B" Sala 816

Brasília - DF - CEP 70710-200

Tels. (061)323-3201 r.2816/323-9304 Fax (061)323-8290

PROTESTO

Adunicamp ameaça sair do 'caso Perus'

Motivo é o descontentamento com a inoperância e falta de transparência da equipe, comandada pelo médico legista Fortunato Badan Palhares

RICARDO MEIRELLES

A Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) quer se retirar da comissão que acompanha os trabalhos do legista Fortunato Badan Palhares, responsável na identificação das ossadas do cemitério de Perus. A medida é em protesto contra o que considera inoperância e falta de transparência da análise do material. A decisão deve ser confirmada amanhã, em reunião ordinária da entidade.

As ossadas de mortos desaparecidos no regime militar foram encontradas em 1990 no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. Desde 1º de dezembro daquele ano, o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por meio de convênio entre a universidade, a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública, ficou encarregado de examinar o material. Duas ossadas já foram identificadas e três estão sendo analisadas.

Em setembro do ano passado, quando surgiram acusações de que Badan Palhares, por razões políticas, estaria retardando a análise, a reitoria da Unicamp

criou uma comissão para acompanhar os trabalhos do legista.

"Já pedimos informações sobre o andamento dos trabalhos para a presidência da comissão e não obtivemos resposta. Não reabemos de Badan Palhares um relatório que era para ficar pronto em março", afirmou o professor Lino Castellani Filho, representante da Adunicamp na comissão. O grupo é formado também pelo próprio Badan, pelo chefe de gabinete adjunto, Antônio Salvador Pedretti, e pelo procurador da universidade, Octacílio Machado Ribeiro (presidente).

"A comissão até agora não produziu nada de prático, a não ser um debate confuso e uma promessa de relatório", criticou Castellani. "Não queremos legitimar essa inoperância".

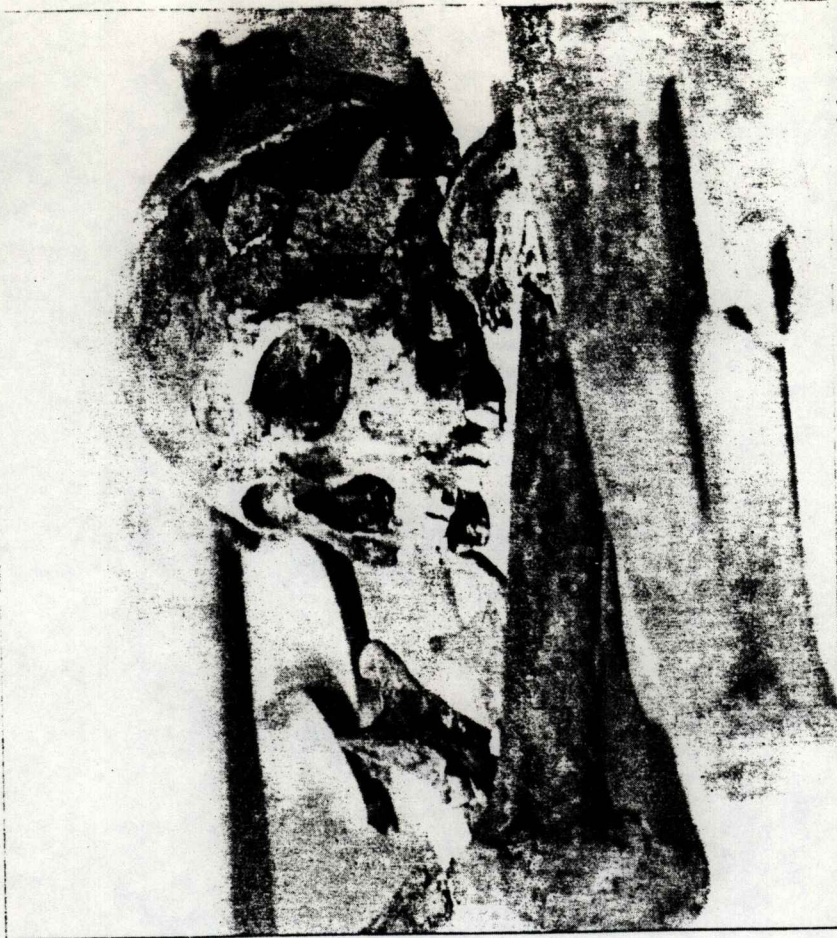
Segundo a Adunicamp, a comissão negociou com Badan Palhares, em 22 de fevereiro, um prazo de 15 dias para que o legista entregasse um relatório de seus trabalhos. Até agora, de acordo com Castellani, não foi enviado nada. "Cobramos da presidência da comissão e da reitoria a entrega do relatório. Não obtivemos resposta alguma", de-

clarou o representante da Adunicamp.

Em boletim divulgado na semana passada na Unicamp, a Adunicamp sugere que a falta de transparência conta com a conivência do reitor da universidade, José Martins Filho. Até o início da noite de ontem, a universidade ainda não havia enviado uma resposta a essas acusações.

A notícia de desligamento da Adunicamp vem se juntar a denúncias do deputado estadual Renato Simões (PT) de que Badan Palhares estaria retendo R\$ 30 mil da Secretaria de Segurança Pública, destinados à continuidade das análises. Além disso, o parlamentar ainda acusa o legista de pretender se apropriar indevidamente de cerca de R\$ 17 mil, previstos em um convênio que oferece R\$ 150 mil ao Departamento de Medicina Legal.

A Unicamp contesta as acusações. Segundo a universidade, os R\$ 30 mil ainda não estão "disponíveis para uso". Além disso, os R\$ 150 mil iriam para a instalação de um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal. Para a Unicamp, as acusações seriam eleitoreiras.



Desde 90, as ossadas estão para ser analisadas pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp

... 11 ...

31/8/96

Badan é acusado de reter verba para o caso Perus

Por motivos políticos, legista estaria bloqueando dinheiro do governo estadual para identificação de guerrilheiros mortos

RICARDO MEIRELLES

O deputado estadual Renato Simões (PT) acusou ontem o legista da Unicamp Fortunato Badan Palhares de estar bloqueando R\$ 30 mil da Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de retardar, por motivos políticos, o exame das ossadas de mortos do regime militar, encontradas em 90 no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. Além disso, Badan ainda estaria tentando se apropriar de parte de outra verba pública.

Apesar de não ter retirado o dinheiro destinado à identificação, Badan ainda estaria pedindo ao Ministério da Justiça R\$ 150 mil para mais um ano de análise. "Desse montante, R\$ 33.750,00 estão previstos para complementação salarial do Badan e do seu colega, José Zappa". Como Badan não pretendia terminar a identificação, Simões acha que a complementação seria indevida.

As ossadas foram encontradas em 1º de dezembro de 90. No mesmo mês, o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por meio de convênio entre a universidade, a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública, ficou encarregado de identificar o material. Desde então, seis ossadas foram reconhecidas e outras três estão sendo analisadas.

O deputado, assim como familiares das vítimas do regime militar, afirma que esse atraso é resultado de pressão do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, aceita por Badan Palhares. Maluf era prefeito



Ossadas chegaram em 92: ex-prefeita Erundina e parentes de vítimas da ditadura vieram à Unicamp

indicado durante o governo Médici, quando houve o maior número de execuções de adversários da ditadura militar.

O deputado apresentou um suposto indício dessa demora proposital. Segundo ele, em novembro do ano passado, a Secretaria de Segurança Pública destinou R\$ 30 mil ao o Departamento de Medicina Legal, para serem utilizados na identificação das ossadas. A verba, contudo, ainda não foi retirada.

"O Badan sempre relacionou a

demora dos trabalhos à falta de recursos para se fazer exames de DNA", disse Simões. Segundo ele, um exame desse tipo custa R\$ 5 mil.

Apesar de os R\$ 30 mil ainda não terem sido retirados, o Departamento de Medicina Legal está estabelecendo um convênio com o Ministério da Justiça, para receber verba de R\$ 150 mil.

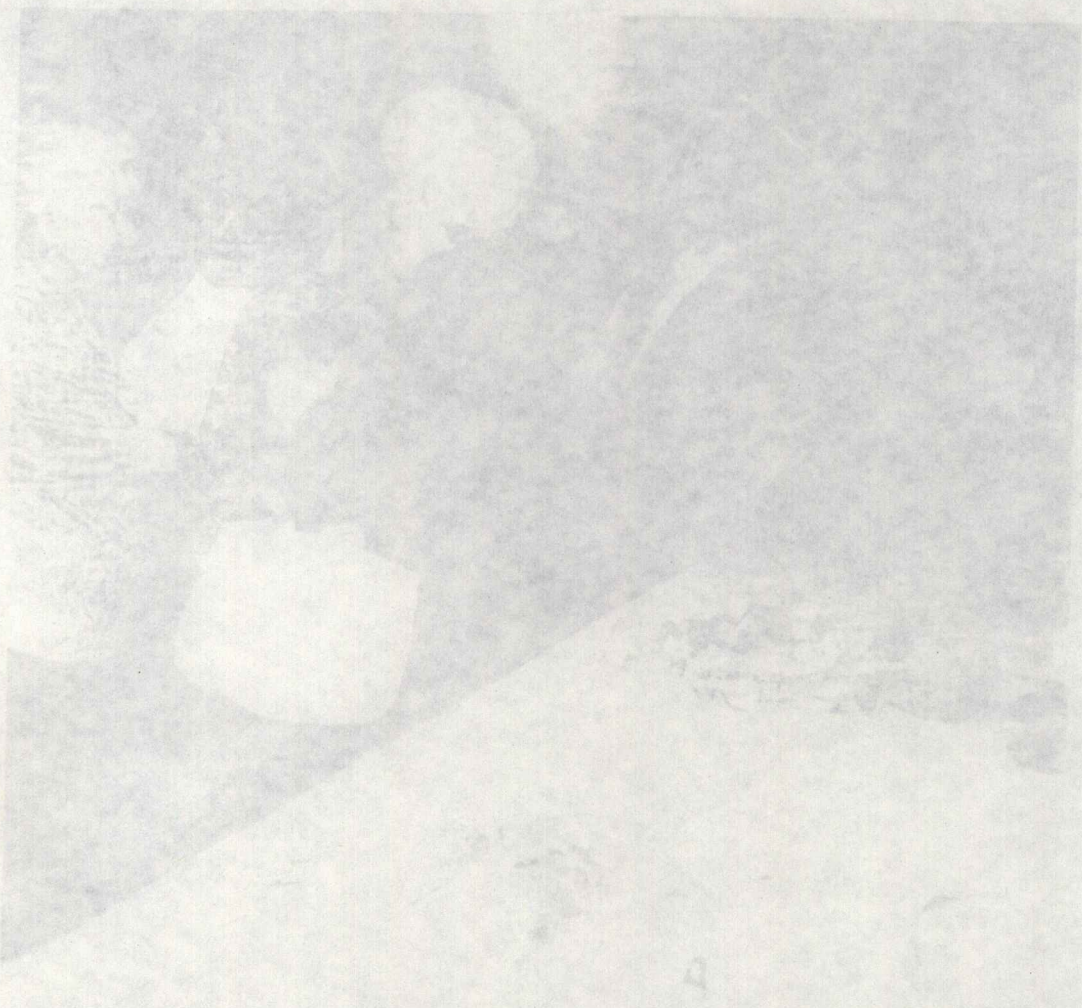
O deputado afirma ter um fax do Ministério da Justiça, que cita uma carta do legista detalhando a utilização de R\$ 150 mil. Simões critica esse suposto pedido de ver-

bas. "O Badan não foi buscar os R\$ 30 mil e pede mais dinheiro", questionou.

Simões contou que em 13 de setembro de 95, o reitor da Unicamp, José Martins Filho, baixou uma portaria criando uma comissão para acompanhar os trabalhos do legista.

"Em nenhum momento Badan Palhares entregou relatório a essa comissão", declarou o deputado. "Não apresentou custos, nem disse os passos que estavam sendo dados no trabalho", acrescentou.

Verba para o caso Parias é acusação de reter

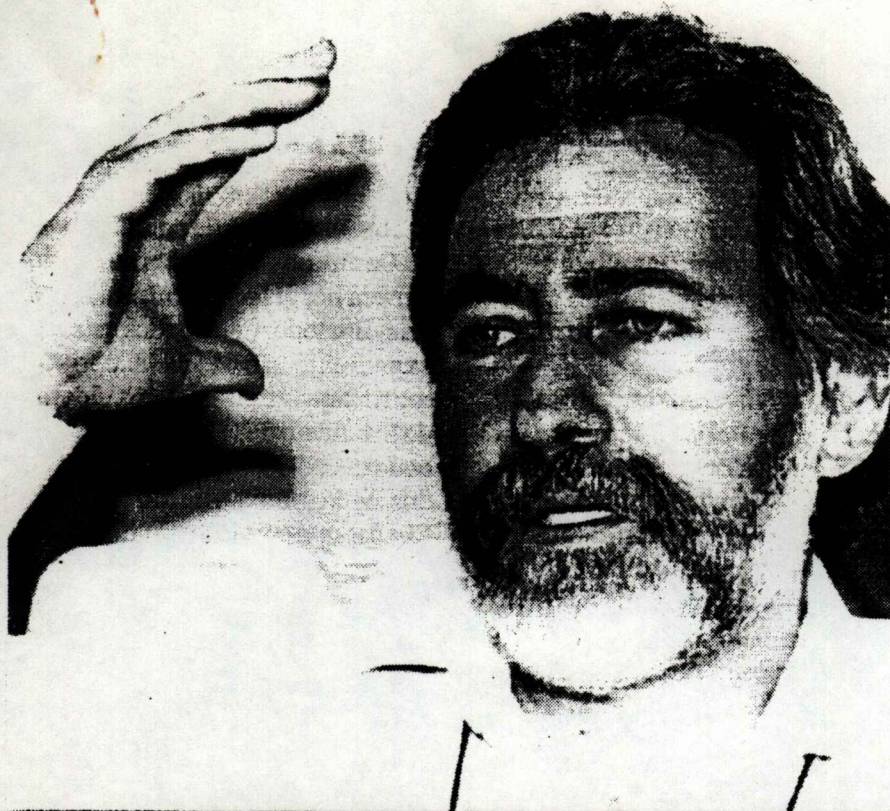


Por motivos políticos, regista estorvo ao pagamento de verba para o caso Parias, acusa o governo estadual de retardo na identificação de quem recebeu os fundos.

RICARDO MENEZES

O governo estadual tem sido acusado de reter a verba para o caso Parias, acusação feita pelo deputado estadual Ricardo Menezes. Segundo o deputado, o governo não tem identificado os beneficiários da verba, o que impede o pagamento. Menezes afirma que a verba foi destinada para o caso Parias, mas que o governo não tem sido transparente sobre o seu destino. Ele acusa o governo de usar a verba para outros fins, o que é uma violação da lei. Menezes pede que a verba seja paga imediatamente para os beneficiários.

O deputado Ricardo Menezes acusa o governo estadual de reter a verba para o caso Parias. Segundo ele, o governo não tem identificado os beneficiários da verba, o que impede o pagamento. Menezes afirma que a verba foi destinada para o caso Parias, mas que o governo não tem sido transparente sobre o seu destino. Ele acusa o governo de usar a verba para outros fins, o que é uma violação da lei. Menezes pede que a verba seja paga imediatamente para os beneficiários.



Badan Palhares se defende: "Inverdade e oportunismo político"

Legista nega as acusações

O legista Fortunato Badan Palhares negou todas as acusações do deputado estadual Renato Simões (PT). Segundo ele, as análises ainda não foram concluídas porque os pesquisadores não conseguiram retirar o DNA das ossadas. Ele classificou as denúncias do parlamentar de "uma inverdade e um oportunismo político".

O professor da Unicamp afirmou que não caberia a ele retirar os R\$ 30 mil liberados pela Secretaria de Segurança Pública, já que o chefe do Departamento de Medicina Legal era e ainda é o professor Paulo Roberto de Souza. Além disso, segundo o legista, só "recentemente" chegou o aviso de que a verba estava depositada.

Badan ressaltou que, por iniciativa própria, se desligou dos exames das ossadas desde abril, para que fossem apuradas denúncias de que ele estaria retardando a conclusão da perícia. O legista afirmou que só colabora nos trabalhos quando solicitado.

Assim, argumentou, não teria

conhecimento do detalhamento dos R\$ 150 mil previstos no convênio entre Unicamp e Ministério da Justiça. Segundo ele, a verba é destinada à instalação de um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal.

Badan afirmou que o convênio é de responsabilidade do reitor da universidade, e seu orçamento foi detalhado pela Procuradoria Geral da universidade.

O legista da Unicamp negou ainda que não tenha comunicado o rumo de seus trabalhos à universidade ou aos familiares das vítimas do regime militar.

Ele afirmou que participou de várias reuniões, com a presença inclusive do deputado Renato Simões, expondo as etapas da identificação das ossadas.

Segundo Badan, o deputado tem conhecimento das correspondências entre o DML e laboratórios científicos, mostrando as dificuldades de se retirar o DNA das ossadas. (RM)

Badan Polares se defender: "Inverdade e oportunismo político"

Legista nega as acusações

O legislador negou todas as acusações feitas pelo deputado estadual Renato Simões (PT). Segundo ele, as análises ainda não foram concluídas porque os peritos não têm acesso ao material. Segundo o DNA do Departamento de Medicina Legal.

Badan afirmou que o convenio de responsabilidade do setor da universidade e seu organismo foi detalhado pela Procuradoria Geral da Universidade.

O legislador da União negou ainda que não tenha comunicado o turno de seus trabalhos à universidade ou aos familiares das vítimas do regime militar.

Ele afirmou que participou de várias reuniões, com a presença inclusive do deputado Renato Simões, expondo as etapas da identificação das ossadas.

Segundo Badan, o deputado tem conhecimento das respostas dadas entre o DML e laboratório de identificação, mas as dificuldades de se fazer o DNA das ossadas.

O legislador negou todas as acusações feitas pelo deputado estadual Renato Simões (PT). Segundo ele, as análises ainda não foram concluídas porque os peritos não têm acesso ao material. Segundo o DNA do Departamento de Medicina Legal.

O professor da União afirmou que não sabia a respeito das análises de DNA feitas pela Secretaria de Segurança Pública, já que o chefe do Departamento de Identificação Legal era e ainda é o professor Paulo Roberto de Souza. Além disso, segundo o legislador, os "resultados" chegam a nível de que a verba estava depositada.

Badan ressaltou que, por iniciativa própria, se desligou dos exames das ossadas desde abril para que fossem apuradas demais as de que ele estava falando a conclusão da pericia. O legislador afirmou que só colabora nos trabalhos quando solicitado.

Assim, argumentou, não teria